REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

URBANIZAÇÃO NA BAHIA

ARTIGO

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E AS PEQUENAS CIDADES DO TERRITÓRIO DO SISAL: UM BREVE PANORAMA*URBANIZATION PROCESS AND THE SMALL CITIES IN THE SISAL TERRITORY: A BRIEF OVERVIEW*

ELIANE CRUZ MACIEL

Mestre em Planejamento Territorial/UEFS. E-mail: elianacruz_25@hotmail.com

JANIO SANTOS

Doutor em Geografia. Professor Pleno da UEFS. E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

RESUMO

Tendo em vista a diversidade e a heterogeneidade das pequenas cidades existentes no Brasil, o enfoque do texto volta-se ao caso do Território do Sisal, no intuito de analisar o processo de urbanização ocorrido, ao longo dos anos, bem como trazer a caracterização dos pequenos municípios em que estão localizadas as mesmas, seus aspectos históricos, dinâmicas populacionais, econômicas e sociais. A metodologia empregada pautou-se no levantamento bibliográfico, bem como de dados empíricos e documentais. As mudanças que ocorreram na cadeia produtiva do sisal refletiram no processo de urbanização e desencadearam a crise nesse território, bem como geraram problemas, dentre os quais se destacam: fragilidade econômica, desemprego e ausência de infraestrutura para atender os cidadãos. A urbanização está em constante movimento de transformação e o seu vetor é dado pela divisão territorial do trabalho, que repercute nas cidades.

Palavras-chave: Pequenas Cidades, Território do Sisal, Urbanização.**ABSTRACT**

In view of the diversity and heterogeneity of small cities in Brazil, the Sisal Territory is analyzed. The idea is to investigate the urbanization process that has occurred over time, and bring the characterization of its cities, their historical aspects, population, economic and social dynamics. The methodology used was based on the bibliographic survey, as well as empirical and documentary data. The changes that occurred in the sisal production chain influenced urbanization and triggered the crisis in that territory. They also generated problems, such as economic fragility, unemployment and lack of infrastructure to serve residents. Urbanization is in constant transformation and its vector is given by the territorial division of labor, which affects cities.

Keywords: Small Cities, Sisal Territory, Urbanization.**INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, mais especificamente no século XXI, as cidades brasileiras passaram por rápidas transformações, sejam elas socioeconômicas culturais ou políticas, oriundas da

atual fase do capitalismo, as quais Santos (1996) denominou de período técnico científico-informacional. Por um lado, modificaram-se significativamente as dinâmicas urbanas, que ocorreram: por conta de questões inerentes a própria cidade; face mudanças no espaço rural, que repercutiram no espaço



urbano; bem como por conta da legitimação do papel da metrópole (SANTOS, 2014). Por outro, percebe-se que os efeitos dessas alterações se deram de forma generalizada, componentes foram integrados as dinâmicas urbanas e rurais de diferentes espaços, desde os grandes centros as pequenas cidades. Porém, não atingiram todas as cidades de forma igual, já umas foram privilegiadas mais que outras.

As cidades baianas também vivenciaram esse conjunto de transformações, dentre as quais destacam-se as demográficas e econômicas, que contribuíram para a reconfiguração dos espaços rurais e, principalmente, os urbanos. Damiani (2006, p. 145) corrobora tais ideias e afirma que a urbanização é “[...] fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial e essa mundialidade atravessa inclusive as pequenas cidades”.

Essas transformações também atingiram as pequenas cidades do Território do Sisal. Percebe-se que essas, apesar de apresentarem níveis urbanos elementares, dependência dos repasses federais, como Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e estadual, como Índice de Participação dos Municípios no ICMS, além da base produtiva dos municípios, estão fortemente ligadas ao setor primário e concentram atividades produtivas pouco diversificadas e reduzida capacidade de geração de emprego e renda. Nas últimas décadas, passaram por redefinições dos seus papéis e, portanto, não estão mais restritas ao entorno imediato (espaço rural, municípios circunvizinhos), nem tão pouco às funções administrativas e religiosas, voltadas apenas às necessidades elementares da vida rural.

As pequenas cidades do Território do Sisal, imbuídas de inúmeros problemas que estão relacionados ao fenômeno urbano, como falta de moradia, de saneamento básico, de espaço de lazer, não estão imunes às contradições oriundas do processo de urbanização brasileiro.

Face isso, desenvolve-se este texto, que objetiva analisar o processo de urbanização ocorrido nas pequenas cidades do Território do Sisal, bem como trazer a caracterização dos pequenos municípios em que estão localizadas as mesas, no que tange aos aspectos históricos e as dinâmicas econômicas e sociais. A investigação teve como base algumas proposições metodológicas, dentre elas destaca-se revisão bibliográfica, levantamentos de dados empíricos e documentais. O texto está organizado em três partes: primeiramente, realizam-se discussões sobre urbanização e pequenas cidades, e, por último, discute-se o processo no Território do Sisal.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE URBANIZAÇÃO

Ao analisar o espaço urbano, nota-se que é preciso compreender a urbanização enquanto fenômeno resultante de um processo histórico que está relacionado à cidade. Ao tomar essa perspectiva, é imprescindível reconhecer que a temática possibilita múltiplas acepções. Isso se deve, por um lado, à variedade de áreas do conhecimento que abordam

tal problemática; por outro, salienta-se que “[...] essa expressão já foi apropriada pela sociedade, no nível do senso comum, esvaziando muitas vezes, seu conteúdo conceitual” (SPOSITO, 2004, p. 31).

A urbanização é um processo complexo de longa duração, que se constitui face a conjugação de diferentes ritmos temporais, bem como de rupturas temporais e descon continuidades espaciais (SPOSITO, 2004). Na mesma linha de raciocínio, a autora ressalta que aquela deve ser lidada não apenas enquanto um movimento espaço temporal e como processo complexo, pois devem ser analisadas “[...] as múltiplas conexões possíveis entre o tempo e o espaço, não apenas considerando a sucessão e a sincronia, mas também o descompasso e a arritmia que marcam o movimento que, no real, articula essas duas dimensões da existência” (SPOSITO, 2004, p. 34).

Cabe pontuar que a urbanização, por muito tempo, foi analisada apenas pelo âmbito demográfico e o termo esteve associado ao “[...] aumento da população que vive em cidades em relação a população total. Logo, este sentido pressupõe a diminuição relativa da população rural” (SPOSITO, 1997, p. 56). Outra associação é a de que seu acelerado processo está relacionado à intensificação da produção industrial, oriunda do desenvolvimento técnico-científico, denominado Revolução Industrial, que se engendrou a partir da consolidação do capitalismo. Não se deve analisar a expressão da urbanização via industrialização apenas pelo viés do aumento populacional nas cidades, “[...] porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades e na estrutura interna destas cidades” (SPOSITO, 1997, p. 58).

Limonad (2006) corrobora o debate ao afirmar que as transformações na indústria alcançaram a agricultura e promoveram em poucas décadas enormes concentrações urbanas. A urbanização contemporânea configura-se como irreversível e deve ser entendida como algo que não está restrito à cidade. Ao contrário, “[...] extravasa os limites da aglomeração física de edificações, infraestrutura e atividades, de fixos e fluxos, através das diversas práticas, táticas e estratégias dos distintos capitais e do trabalho para garantir sua reprodução” (LIMONAD, 2006, p. 33).

De forma semelhante, Santos (2012), ao discutir como se deu o processo de urbanização no Brasil, ao longo dos diferentes tempos, aborda que os espaços não são apenas urbanos. Embora, hoje, a maior parte da população tenda a ser urbana, o modo de produção compreende a articulação intensa entre espaços e, portanto, o campo e a cidade são interdependentes.

Há que se considerar, como adverte Souza (2013), que a cidade e o campo têm atributos peculiares, tanto em relação ao que é produzido, quanto ao conteúdo resultante das relações sociais e culturais, e manifestam características únicas em cada espaço-tempo; em alguns contextos históricos

e espaciais podem apresentar semelhanças. No entanto, o campo só pode ser analisado em função da cidade, e vice e versa, ou ainda ao levar em consideração a relação entre ambos (SOUZA, 2013). O estudo das pequenas cidades do Território do Sisal deve levar em consideração a articulação entre a cidade e o campo, já que elas foram forjadas com base na cadeia produtiva do sisal, que, portanto, se desenvolveu nos seus espaços urbanos e rurais.

Outra contribuição é a ideia de Sposito (2004), que propõe a urbanização como movimento que é dado pela divisão social e territorial do trabalho, cujas transformações repercutem na cidade. Para compreender as pequenas cidades é preciso levar em consideração o espaço-tempo da urbanização, assim, “[...] a somatória desigual destes tempos, mas, ao mesmo tempo, condição para o *continuum* desse movimento” (idem, p. 38). Esse *continuum* pode ser expresso pela dialética rural-urbano, que reúne no mesmo espaço-tempo dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais, e torna-se local privilegiado para reprodução do capital e da vida humana.

Portanto, reafirma-se, ainda, o argumento de Limonad (2011), quando aponta que, na contemporaneidade, a urbanização tende a assumir novos padrões e se homogeneizar e ao mesmo tempo produzir espaços desiguais, e isso reflete o modo de produção da atual fase do capitalismo.

EM BUSCA DO ENTENDIMENTO DE PEQUENAS CIDADES

As pesquisas sobre pequenas cidades vêm sendo paulatinamente objeto de interesse para a Geografia brasileira, porém essas ainda não possuem a mesma relevância e expressividade das análises dadas às metrópoles e às médias cidades. E ainda que os estudos, trabalhos e publicações sobre pequenas cidades sejam um grande desafio, pois são incipientes e inspiram muita dificuldade (SILVA, 2011a), eles são bem-vindos, porque mesmo não apresentando dinâmicas urbana e econômica tão intensas, quanto às médias e grandes cidades, as pequenas cidades são essenciais na composição da rede urbana e para compreensão do fenômeno urbano que se caracterizou ao longo dos tempos no território brasileiro.

Medeiros (2005) ressalta o papel das pequenas cidades na atual configuração da rede urbana. De acordo com a autora, ainda que apresentem um nível urbano mais elementar, elas são fundamentais para seu entorno imediato, municípios circunvizinhos, vilas e zona rural, além de ser elo de integração entre as economias urbanas e rurais.

O termo “pequena cidade”, apesar de muito utilizado, tem muita dificuldade para se firmar como conceito (SILVA, 2011). É comum ouvir algumas indagações, tais como: cidade pequena é pacata, miserável; não é boa para se viver; não tem dinamismo econômico; é lócus do desemprego; e/ou é um lugar bom para se viver, pois é tranquila e sem violência. Essa visão é carregada de estigma e/ou falta de entendimento do

que vem a ser pequenas cidades, já que, nesse sentido, são vistas como homogêneas e, na realidade, não são, pois cada cidade é única e carrega particularidades, como também compartilha de elementos que podem ser comuns às outras.

Por lei, a definição oficial no país é a que leva em consideração que são cidades todas sedes dos municípios, independentemente do tamanho populacional (BRASIL, 1938). Segundo o Censo de 2010, 83% dos 5.557 municípios existentes no Brasil tinham populações inferiores a 20 mil habitantes, e o maior número daqueles com menos de 20 mil habitantes está na região Nordeste (IBGE, 2010), sendo urbana a parcela da população que vive nas áreas urbanizadas, como cidades (sedes municipais), as vilas (sedes distritais) ou áreas urbanas isoladas (MELO, 2008), cujo critério tem caráter administrativo, porque contempla todas sedes de município e distritos.

Para Bacelar (2012), as pequenas cidades são aquelas com população inferior a 10.000 habitantes, em que a base produtiva é reduzida e dependem quase que exclusivamente de repasses do FPM, já que estão localizadas em municípios que têm menos condições de arrecadar por seus meios próprios. Ou seja, há nessas cidades conflitos e contradições, sejam entre relações internas ou externas. Os conflitos internos são oriundos da herança sociocultural ibérica, em que as práticas patrimonialistas e as relações com o bem público são confundidas com a extensão familiar.

Na contemporaneidade, as formas de administrar as pequenas cidades têm mudado, porém, ainda não houve o rompimento com tais práticas. Como mostra Bacelar (2012, p. 88-89), “a substituição do estilo patrimonialista pelo burocrático é apregoada pela modernidade, para se alcançar o moderno, ou seja, as formas liberais e neoliberais de administrar o bem público”. Observa-se que o patrimonialismo ainda impera a maneira de se “governar” e confunde-se com extensão familiar, pois “seus agentes e parte da população resiste às normas burocráticas e absorve do moderno apenas o que lhe convém” (BACELAR, 2012, p. 88-89).

Pode-se estabelecer um paralelo com a discussão levantada por Paula (2005, p. 106) sobre o quanto é difícil romper com práticas históricas arraigadas desde o período colonial brasileiro, quando afirma:

No Brasil, devido à tradição patrimonialista, os empregos e benefícios que se auferem do estado costumam estar ligados aos interesses pessoais e não aos interesses públicos. Esse personalismo do funcionalismo público brasileiro relaciona-se com a ética de fundo emotivo que permeia a nossa cultura: o “Homem cordial” é avesso à impessoalidade e ao formalismo e, conseqüentemente, à burocracia. Por outro lado, a herança colonial contribuiu para a centralização do poder na cúpula e o autoritarismo do poder público se tornassem traços distintivos da administração pública brasileira.

Se não há substituição do estilo patrimonialista pelo burocrático, imposto pela globalização, nas pequenas cidades,

o patrimonialismo ainda impera, ou seja, o controle social sobre o poder público é pífio (BACELAR, 2012). Vários fatores justificam isso. Voto de “cabresto”; troca de votos por dinheiro, casas, benesses; concursos arranjados; doação de combustível para parte da população; emprego fácil; e nepotismo são práticas recorrentes, além do prefeito ser a figura centralizadora do Estado. Todavia, vale argumentar sobre as ideias do autor, já que, em nossa concepção, essa herança política marca tanto os grandes centros como os pequenos. A diferença está na visibilidade, já que nas pequenas cidades se observa isso mais de perto e na cidade grande ou média, pelo seu tamanho e/ou dinâmica, talvez essas práticas pareçam ser mais camufladas.

Endlich (2006), que sopesou as pequenas cidades do Nordeste do Paraná e assevera que essas são múltiplas e variadas, aponta que não basta analisá-las apenas pelo critério demográfico, é preciso levar em consideração vários fatores, como origem, posição geográfica, desenvolvimento econômico e inclusive a dimensão demográfica. Quando se deixa de investigar as pequenas cidades porque elas têm pouca população, os dados populacionais se tornam a questão mais relevante e corre-se o risco de igualar cidades que, em essência, não são iguais, homogeneizar particularidades de cada cidade e não conseguir abarcar e entender a complexidade que envolve as diferentes realidades das pequenas cidades do Brasil.

Esse item abordado por Endlich aponta um caminho para a construção do conceito de pequena cidade, já que a qualificação ou não de cidades deve ir além do número de habitantes. O critério quantitativo, por si só, não dá conta das discussões e análises do que realmente sejam pequenas cidades, embora haja o esforço por parte dos pesquisadores que dão prioridade aos critérios qualitativos para encontrar uma definição que seja mais apropriada.

Medeiros (2005) colabora ao afirmar que as pequenas cidades são assim classificadas pelo fato de, entre outras características, ter população inferior a 20.000 habitantes, apresentarem pequena oferta de serviços e equipamentos sociais de consumo para a população local e reduzido número de estabelecimentos comerciais. Mas, mesmo que não se caracterizem como cidades dinâmicas, participam de alguma forma do processo de reprodução do capital, “[...] pois sua importância não advém apenas de uma base produtiva dinâmica, mas por ser centros de consumo, na medida em que são cidades cujo suporte maior está centrada no consumo de bens e serviços, produzindo um mínimo” (MEDEIROS, 2005, p. 143) para atender a população local.

Para entender as pequenas cidades, cabe avaliar suas características, suas funções e suas formas, já que a classificação populacional, de forma isolada, não consegue explicar o papel de uma cidade e as funções que ela desempenha na rede urbana, seja na escala regional ou nacional (HENRIQUE, 2010). Portanto, é preciso articular diferentes escalas de análise, bem como combinar alguns

elementos como plano morfológico, funções urbanas, tamanho demográfico, dentre outros aspectos.

Lopes (2010) considerou que elas, muitas vezes, encontram-se isoladas e dispersas, tendo em vista que se situam distantes das principais rodovias estaduais ou federais; ou seja, para se ligarem a essas estradas se articulam por estradas secundárias, muitas vezes vicinais, nem sempre conservadas. A autora afirma que a maioria das cidades do semiárido baiano tem menos de dez mil habitantes e apresenta diferenças entre si, tais como tamanho populacional, indicadores econômicos e sociais; são consideradas simples e com baixa complexidade, formadas geralmente por uma população com grande contingente de indivíduos com baixa escolaridade e ocupadas em atividades tradicionais que pagam muito pouco e não exigem qualificação profissional.

Alguns aspectos são importantes para a definição de cidade pequena, como, por exemplo, processos históricos, semelhanças da base produtiva e o contexto que essas cidades estão inseridas. Dessa forma, evidencia-se que é preciso levar em consideração a dimensão qualitativa e buscar confrontar os aspectos históricos, sociais, econômicos, pois eles possibilitam perceber os significados geográficos implícitos e explícitos no espaço urbano.

Segundo Santos (2019), de certa forma, podem ser sistematizados em cinco os aspectos que, em geral, os autores atinam-se ao tratar do tema: a escala, o grau de modernidade, a vida cotidiana, a questão demográfica e a dinâmica urbana. Ora mais atomizadas, ora mais articuladas, as interpretações sobre as pequenas cidades pouco fogem a algum desses itens, os quais nos parecem assaz salutares. O autor ressalta, a priori, que a sistematização tem vistas a facilitar a compreensão sobre como os autores interpretam cada um desses aspectos, portanto, com caráter meramente pedagógico.

Nota-se que as pequenas cidades têm as suas peculiaridades e essa reconfiguração ocorrida faz-se de suma importância para a rede urbana de um estado ou de um país. Para Santos (1988), no momento atual, cidades pequenas ou grandes lugares, são singulares, cada uma é diferente da outra, cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem ser comuns a vários lugares. Observa-se isso na rede urbana do Território do Sisal, pois, mesmo as cidades sendo forjadas no processo da cadeia produtiva do sisal, cada uma tem suas particularidades que as diferem das outras.

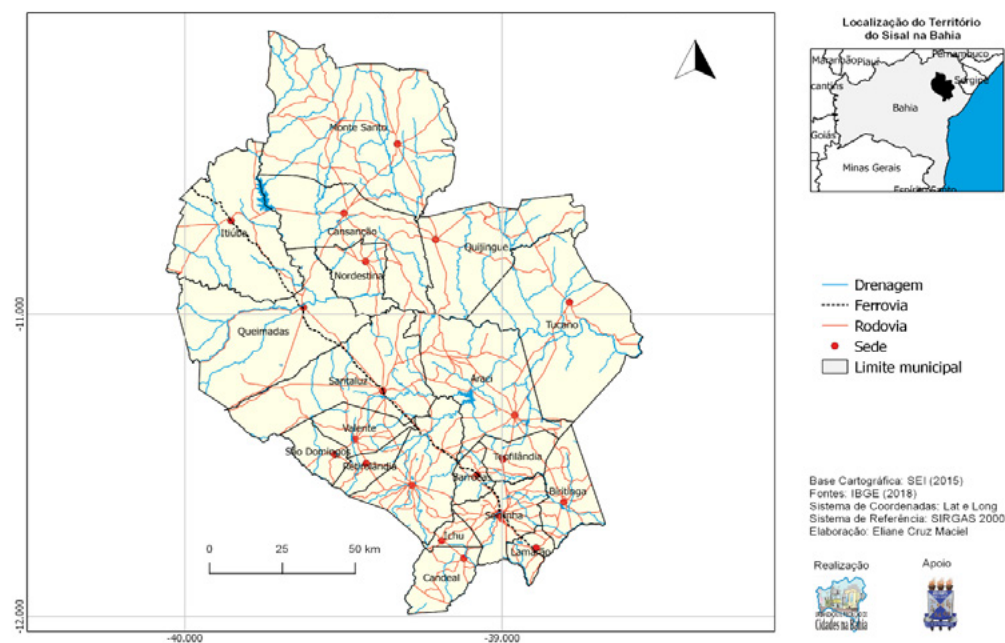
Diante do exposto, acredita-se ter encontrado o caminho que permite analisar as pequenas cidades do Território do Sisal, mesmo porque as tentativas de classificação por dados estatísticos, como o quantitativo populacional, quase sempre provocam a homogeneização das particularidades e não conseguem apreender a complexidade que envolve as heterogêneas realidades das pequenas cidades brasileiras.

URBANIZAÇÃO E PEQUENAS CIDADES DO TERRITÓRIO DO SISAL

O Território do Sisal está inserido na área do semiárido baiano e é constituído por 20 (vinte) municípios, entre as quais inicialmente fizeram parte 18 cidades pequenas, cujas raízes da urbanização são condicionadas pelo processo histórico da cadeia produtiva do sisal (Mapa 1).

A partir de 1930, o processo de urbanização, em função da introdução da cultura do Sisal, passou a se delinear

e novas formas de produção territorial do espaço urbano foram sendo consolidadas. Todavia, nas décadas seguintes, 1940 e 1950, aconteceram profundas transformações com a implementação de políticas e estratégias do governo Landulfo Alves, que incentivaram a plantação de sisal. Nesse período, houve a consolidação do cultivo que foi considerado como a planta redentora, já que possibilitou a dinamização da economia e a fixação da população flagelada pela pobreza e, que, consequentemente, era obrigada a migrar (SILVA, 2012a).



Mapa 1. Localização do Território do Sisal, 2019

Nesse momento, aconteceu a expansão da cadeia produtiva do sisal e a reconfiguração da rede urbana, cujo beneficiamento do produto era complexo. Esse é caracterizado por diversas etapas, que se materializam nos espaços urbanos e rurais, e contribuíram para configurar a rede de fluxos entre campo e cidade, e o surgimento de vilas que funcionavam como entrepostos comerciais (SILVA, 2012a), e que, posteriormente, se tornaram núcleos urbanos. Ou seja, “[...] essas vilas cresceram e tornaram-se as primeiras cidades ‘produto’ desse processo de consolidação do sistema produtivo da agavesisalana” (SILVA, 2012a, p. 219). O que hoje é conhecido como Território do Sisal vivenciou o seu apogeu, pois o sisal passou a ser conhecido como “ouro verde”.

Na área, houve a implantação de uma malha rodoviária para interligar as duas importantes rodovias federais: BR 116 e a BR 324 à capital do estado, bem como a construção de uma linha férrea com o objetivo de exportar sisal via “Porto de Salvador” (SILVA, 2012a). A emancipação política de vários municípios fez alterações nas relações tecidas nas áreas urbanas e rurais, o que ampliou a rede de integração desde o nível regional ao internacional. Com isso, foram introduzidas novas dinâmicas urbanas, o que contribuiu para tecer a rede de pequenos núcleos urbanos, bem como fortaleceu o papel de cidades como Serrinha e Conceição do Coité.

Para avançar as discussões sobre a urbanização do Território do Sisal, é preciso fazer uma breve análise da sua dinâmica populacional nas últimas quatro décadas. Os dados de 2010 constataam que as cidades com tamanhos inferiores ou iguais a 20 mil habitantes eram maioria e possuíam dinâmica demográfica semelhante às de outras da Região Nordeste do Brasil, cuja população total variava entre 2.085, em Lamarão, e 47.188, em Serrinha. Como é possível observar na Tabela 1, pode-se dividi-las em quatro classes: até 5.000 habitantes, entre 5001 e 10.000 habitantes, 10.001 e 20.000 habitantes e a última classe entre 36.278 e 47.188 habitantes. Ao considerar as dimensões, observa-se que há diversidade e, em sua maioria, estruturas, escalas e funções bastante semelhantes.

Ao analisar a dinâmica da população urbana, entre 1940 e 2010, nota-se o comportamento diferenciado da população urbana. Entre 1960 e 1970, período que coincide com o apogeu do “ouro verde do sertão”, seu crescimento foi mais acentuado, com índices mais altos que os de todos os anos analisados, com 44,1%. Com exceção de Serrinha, em todos os municípios analisados houve redução da população rural; em alguns, a queda foi mais acentuada, e quase duplicou em Conceição do Coité, Monte Santo, Araci e Itiúba. O crescimento é significativo, se comparado aos dados da

Tabela 1. População Total, Urbana, Rural, da Cidade e Taxa de Urbanização, por Municípios-Território do Sisal - 2010

Municípios	Total	Urbana	Rural	Taxa de urbanização	Cidade
Araci	51.651	19.638	32.013	38,0%	19.638
Barrocas	14.191	5.695	8.496	40,1%	5.695
Biritinga	14.836	3.517	11.319	23,7%	3.517
Candeal	8.895	3.476	5.419	39,1%	3.476
Cansanção	32.908	11.021	21.887	33,5%	28.936
Conceição do Coité	62.040	36.278	25.762	58,5%	11.021
Ichu	5.255	3.365	1.890	64,0%	3.365
Itiúba	36.113	9.699	26.414	26,9%	9.699
Lamarão	9.560	2.085	7.475	21,8%	2.085
Monte Santo	52.338	8.845	43.493	16,9%	8.845
Nordestina	12.371	3.921	8.450	31,7%	3.921
Queimadas	24.602	12.492	12.110	50,8%	11.205
Quijingue	27.228	6.377	20.851	23,4%	4.297
Retirolândia	12.055	6.722	5.333	55,8%	6.722
Santaluz	33.838	20.795	13.043	61,5%	19.202
São Domingos	9.226	5.916	3.310	64,1%	4.607
Serrinha	76.762	47.188	29.574	61,5%	47.188
Teofilândia	21.482	6.692	14.790	31,2%	6.692
Tucano	52.418	21.958	30.460	41,9%	14.480
Valente	24.560	13.487	11.073	54,9%	13.487
Total	582.329	249.167	333.162	42,8%	228.078

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Eliane Cruz Maciel

população rural e se levar em consideração que o Território do Sisal é predominantemente rural (Tabela 2).

Verificou-se que Serrinha, Conceição do Coité, Queimadas, Santa Luz, Valente, Tucano, Serrinha e Araci passaram a fazer parte do agrupamento de municípios em que as taxas de crescimento geométrico da população urbana são mais altas, se comparadas com as da população rural. Dos 20 municípios que fazem parte do Território do Sisal, Serrinha, Conceição do Coité, Tucano e Araci são os que apresentam os maiores volumes urbanos e esses variam entre 19.638 habitantes e 47.188 habitantes.

No que se refere à urbanização, o Território do Sisal, em 2010, apresentou uma taxa de 43%, índice considerado como baixo, pois mostra que a maior parte da população habita em áreas rurais. Ao comparar as mudanças gradativas desse índice com o Brasil, verifica-se que os municípios desse recorte territorial não alcançaram o grau médio de urbanização brasileira, que é de 84,35%; tampouco da Região Nordeste, que corresponde a 73,10%; e muito menos da Bahia, que responde por 72,1% da população (LIMA; COELHO NETO, 2017). Um dado que merece atenção é o fato de que algumas taxas de urbanização altas encontram-se em pequenas cidades.

A maioria dos municípios apresenta menos de 50% da Taxa de Urbanização, com exceção alguns, como São Domingos e Ichu (64%), Santaluz (61%), Serrinha (61%) e

Conceição do Coité (58%), onde o índice está acima da média do Território do Sisal. As menores taxas de urbanização estão em Monte Santo, Lamarão, Biritinga e Quijingue (Mapa 2).

Serrinha é a que mais difere do conjunto das 20 cidades que fazem parte do Território do Sisal. Essa cidade não exerce polaridade exclusiva sobre os outros municípios estudados, pois, mesmo sendo o centro de decisões mais importante, divide com Conceição do Coité algumas funções, tais como administrativa, prestação de serviços básicos, especialmente, de saúde e educação, bem como apresenta um comércio diversificado. Ambas são consideradas pelo REGIC (2008) como centros de Zona A e polarizaram outros municípios, por conta dos seus serviços e infraestrutura. Valente é considerado Centro de Zona B, por apresentar menos dinamismo que os Centros de Zona A e características mais dinâmicas que os demais municípios, que ocupam o menor nível na hierarquia, como centros locais, pois só exercem influência no seu entorno.

A urbanização desse Território é relativamente recente, principalmente se levar em consideração que a população rural sempre foi superior à urbana, ainda que essa última, nos últimos anos, tenha crescido mais que a rural. A população rural, entre as décadas de 1980 e 2010, vinha tendo decréscimo, todavia, ainda é significativo o número de pessoas que moram nas cidades e têm suas atividades

Tabela 2. Taxa de Crescimento Geométrico anual da População Urbana, por município: Território do Sisal - 1940-2010

Município	Crescimento da População Urbana (%)						
	2010-2000	2000-1991	1991-1980	1980-1970	1970-1960	1960-1950	1950-1940
Araci	2,0	3,8	6,3	7,1			
Barrocas							
Biritinga	4,1	3,1	5,0	1,9			
Candeal	0,2	3,4	3,1	3,1			
Cansanção	1,8	3,2	6,9	4,0	-6,6		
Conceição do Coité	2,6	3,8	4,9	4,2	-3,5	17,3	3,3
Ichu	2,4	-1,8	4,9	4,2	-3,5	17,3	3,3
Itiúba	0,9	2,6	3,8	2,5	-5,6	11,9	1,1
Lamarão	0,8	2,7	1,0	2,2			
Monte Santo	2,0	4,5	3,6	3,1	-12,6	-2,2	17,7
Nordestina	3,2	8,6					
Queimadas	2,5	1,7	2,7	2,7	-1,7	9,1	3,8
Quijingue	2,7	4,2	12,9	6,1			
Retirolândia	2,1	3,9	6,1	6,6			
São Domingos	4,8	0,8					
Santaluz	1,5	3,9	4,8	4,7	3,0	3,7	2,7
Serrinha	0,3	2,2	3,7	4,4	-1,7	7,9	7,9
Teofilândia	1,3	5,0	9,5	4,5			
Tucano	1,7	7,0	3,9	2,0	-7,3	12,9	5,4
Valente	3,6	4,4	2,4	3,4	-2,0		
Total	40,2	66,9	85,3	66,8	-41,7	77,8	45,3

Fonte: IBGE (1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010).

Elaboração: Eliane Cruz Maciel

vinculadas com o setor agrícola (Tabela 3). Acrescente-se que no Território do Sisal o setor que mais absorve trabalhadores é o primário e, em seguida, o terciário (MACIEL, 2019), pois esses municípios têm forte articulação entre o espaço urbano e o rural.

Ao analisar o Produto Interno Bruto (PIB) do Território do Sisal, observa-se que os municípios apresentam uma economia frágil. Os cinco municípios que, em 2014, apresentaram maiores PIB foram Serrinha, Conceição do Coité, Araci, Tucano, Santaluz, que juntos somaram R\$ 2.233,976,

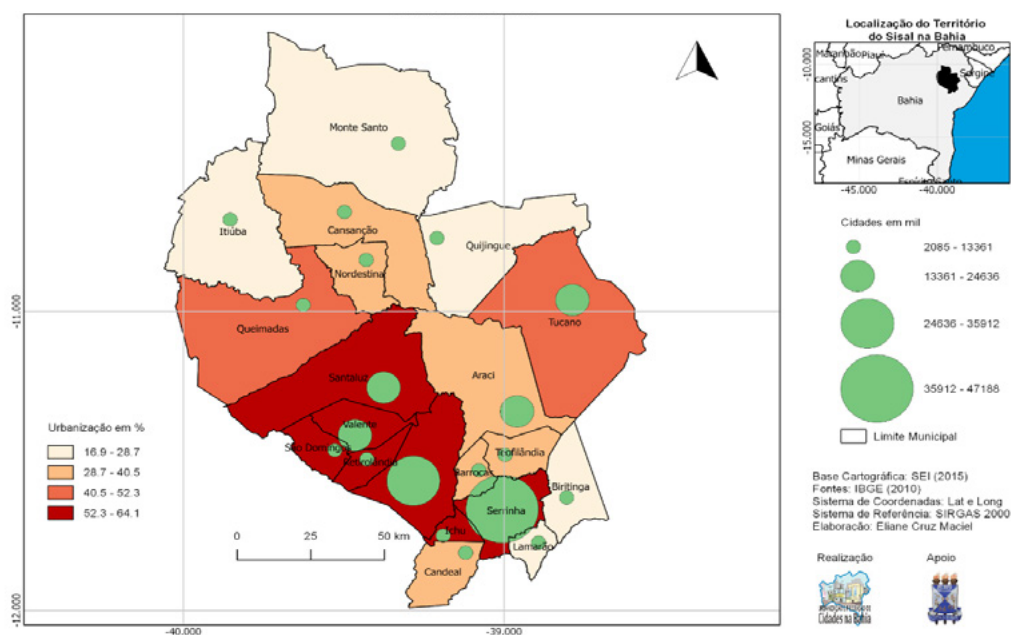
**Mapa 2.** Taxa de Urbanização e População da Cidade, Território do Sisal, 2010

Tabela 3. Taxa de Crescimento Geométrico anual da População Rural, por município: Território do Sisal - 1940-2010

Município	Crescimento da População Rural (%)						
	2010-2000	2000-1991	1991-1980	1980-1970	1970-1960	1960-1950	1950-1940
Araci	0,2	-0,8	2,3	2,4	6,1		
Barrocas							
Biritinga	-0,8	-0,5	2,8	0,3			
Candeal	-2,1	-2,2	-0,8	0,7			
Cansanção	-0,4	-0,6	1,2	2,5	7,1		
Conceição do Coité	-0,9	-1,5	0,8	0,8	2,7	-5,4	4,1
Ichu	-4,3	-6,7	2,4	0,6			
Itiúba	-0,1	-0,3	0,5	1,5	6,0	-3,3	2,2
Lamarão	-0,2	-1,6	0,8	4,5			
Monte Santo	-0,8	0,2	1,6	1,4	6,7	-3,4	0,7
Nordestina	-0,5	1,3					
Queimadas	-2,0	0,1	-3,2	1,5	5,1	0,3	2,3
Quijingue	-0,3	0,5	0,9	1,9			
Retirolândia	-0,2	-3,4	-1,1	0,5			
São Domingos	-3,7	-3,8					
Santaluz	0,0	-3,5	1,3	3,0	5,5	-0,9	3,2
Serrinha	-2,3	-0,3	1,6	0,4	-1,8	-4,6	3,6
Teofilândia	0,2	-2,2	2,4	1,8			
Tucano	-0,6	-1,3	1,9	1,3	1,7	-1,2	3,2
Valente	1,4	-1,9	-3,5	2,3	5,0		

Fonte: IBGE (1940; 1950; 1960;1970; 1980; 1991; 2000 e 2010).

Elaboração: Eliane Cruz Maciel

o que equivale a mais da metade do PIB total do Território. Já os que apresentaram os menores PIB foram Ichu, Lamarão, Candeal e São Domingos. Em relação à participação no Estado da Bahia, nota-se que é pouco expressiva. Em 2014, era de 1,83%, ou seja, houve redução, pois em 2002 o valor era de 3,67% (Tabela 4).

Nas duas últimas décadas, os setores do PIB que mais cresceram foram o terciário, em que encontram-se os serviços e comércio, e o secundário, que concentra a indústria. Mesmo sendo o que agrega maior valor à economia do Território, o terciário ainda não é capaz de controlar por completo a dinâmica da economia regional e depende fortemente da administração pública (MACIEL, 2019).

O setor primário concentra a produção na lavoura tradicional, principalmente milho, feijão e mandioca e outros produtos agrícolas de menor expressividade, como banana e laranja, e na pecuária de caráter extensivo, bem como na produção de sisal. Embora alguns municípios não produzam mais o sisal, esse continua sendo o produto agrícola que gera mais renda para o território. O feijão, o milho e a mandioca são cultivados em todos os municípios, o que difere é a quantidade plantada. Já o cultivo da laranja e da banana não é tão expressivo (ver mapa 3).

É interessante notar que os municípios sempre tiveram forte ligação com o setor primário, por conta de ser um dos maiores produtores de sisal da Bahia e, na última década, apresentaram grande redução do PIB referente ao setor. O pode ser explicado pelo fato que, nos últimos anos, a cultura do sisal perdeu importância em alguns municípios, a exemplo, de Serrinha, Teofilândia e Tucano, bem como em outros o cultivo de sisal é quase inexistente, como Ichu, Lamarão e Biritinga.

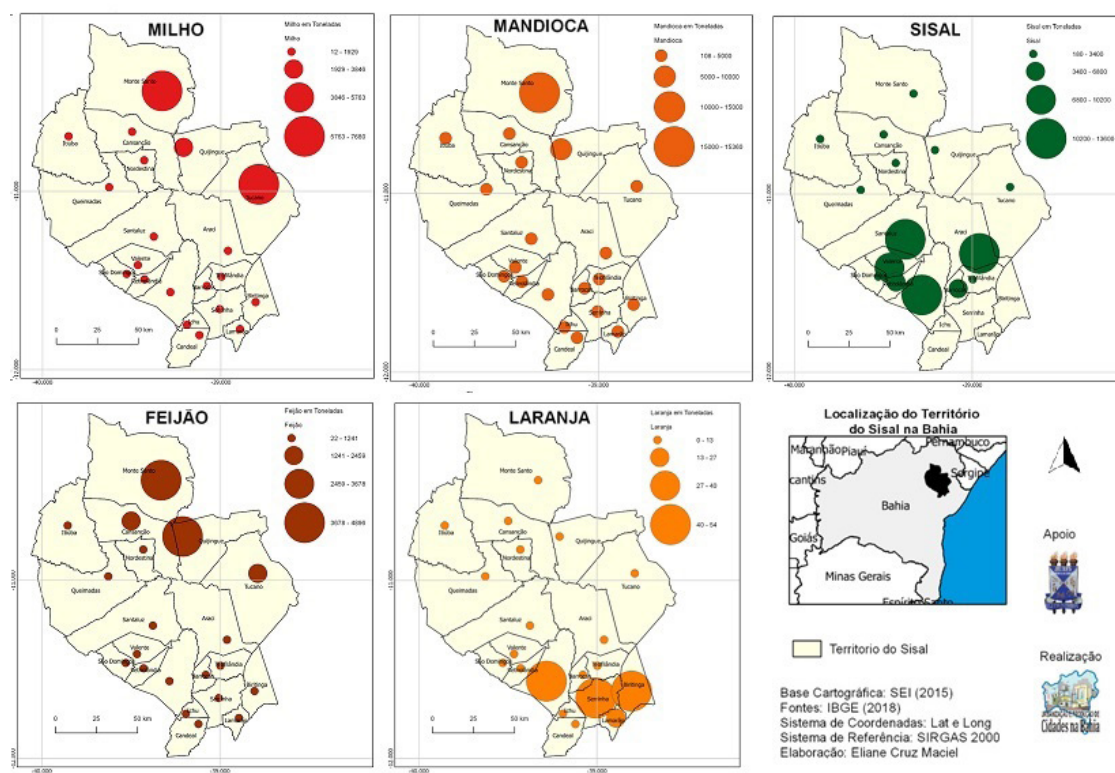
Observa-se que a ideia de identidade econômica e de coesão política não é homogênea. A idealização do Território de Identidade do Sisal pode ser controversa, já que para se delimitar um território, além de levar em consideração a identidade geográfica (proximidade/ redes), é preciso também de identidade histórica e sociocultural, bem como de traços econômicos e interesses sociopolíticos (PERICO, 2009).

O setor secundário cresceu paulatinamente no Território do Sisal, nas últimas décadas, sobretudo por conta dos investimentos em agroindústrias, que incorporam alguns produtos da lavoura tradicional, como o sisal para a produção de tapetes e cordas; couro de animais para fabricar calçados; e indústrias voltadas a extração mineral, como a Empresa de Mineração Fazenda Brasileiro, do grupo Yamana Gold, em Barrocas e Teofilândia, dentre outras. Quanto ao

Tabela 4. Produto Interno Bruto (PIB), percentual sobre o total do estado e sobre o total da região, crescimento em relação ao estado e a região, por município - Território do Sisal - 2002 e 2014

Municípios	PIB Total			(%) sobre região			(%) sobre estado		
	2002	2009	2014	2002	2009	2014	2002	2009	2014
Araci	87983	190664	340083	8,15	8,19	8,29	0,15	0,14	0,15
Barrocas	18193	131493	169161	1,69	5,65	4,13	0,03	0,10	0,08
Biritinga	24354	52507	89123	2,26	2,25	2,17	0,04	0,04	0,04
Cansanção	56300	118021	198256	5,22	5,07	4,83	0,10	0,09	0,09
Candeal	14156	24682	48554	1,31	1,06	1,18	0,02	0,02	0,02
Conceição do Coité	131097	305077	586181	12,15	13,10	14,30	0,22	0,22	0,26
Ichu	12020	19831	32911	1,11	0,85	0,80	0,02	0,01	0,01
Itiúba	52767	117102	210683	4,89	5,03	5,14	0,09	0,08	0,09
Lamarão	12440	29742	41513	1,15	1,28	1,01	0,02	0,02	0,02
Monte Santo	75630	157990	265720	7,01	6,78	6,48	0,13	0,11	0,12
Nordestina	16244	33575	63413	1,51	1,44	1,55	0,03	0,02	0,03
Queimadas	41503	89616	160096	3,85	3,85	3,90	0,07	0,06	0,07
Quijingue	37100	92137	143503	3,44	3,96	3,50	0,06	0,07	0,06
Retirolândia	19775	47054	89743	1,83	2,02	2,19	0,03	0,03	0,04
Santaluz	54653	120423	273161	5,07	5,17	6,66	0,03	0,09	0,12
São Domingos	14714	32736	57177	1,36	1,41	1,39	0,03	0,02	0,03
Serrinha	158913	418963	703826	14,73	17,99	17,16	0,27	0,30	0,31
Teofilândia	118493	64931	124394	10,98	2,79	3,03	0,20	0,05	0,06
Tucano	82493	189083	338166	7,65	8,12	8,25	0,14	0,14	0,15
Valente	50189	93222	164797	4,65	4,00	4,02	0,09	0,07	0,07
Total da Região	2158034	2328849	4100461	100,00	100,00	100,00			
Total da Bahia	58842980	137942482	223929965				3,67	1,69	1,83

Fonte: IBGE (2002, 2014). Elaboração: Eliane Cruz Maciel.

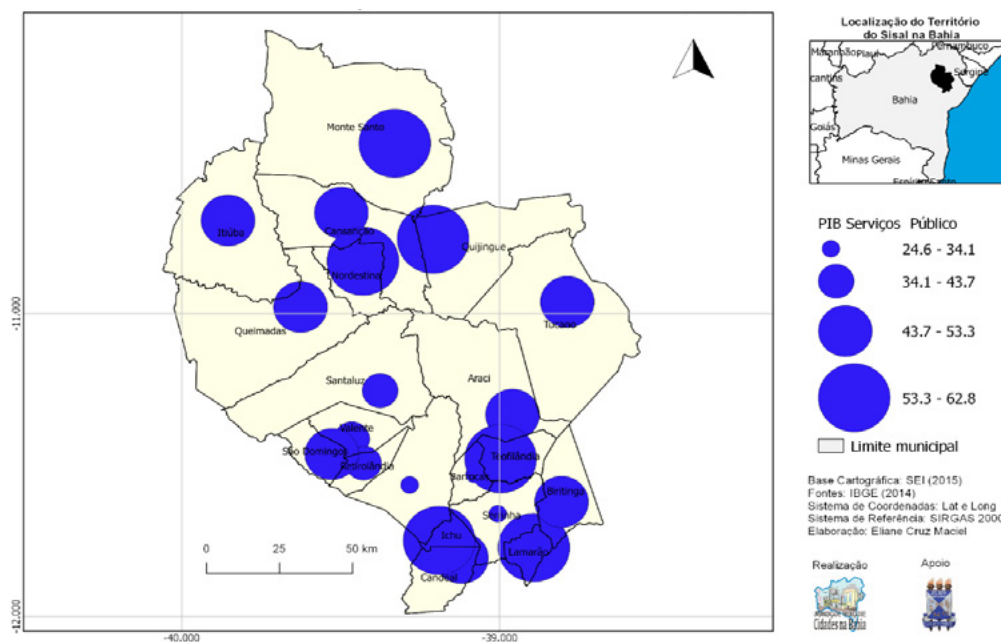
**Mapa 3.** Produção de milho, mandioca, feijão, Laranja e Sisal, Território do Sisal, 2018

comércio e os serviços, percebe-se que foram os que mais se expandiram, principalmente nos pequenos municípios, apesar de que ainda a população desse território procura tais atividades em maiores municípios.

Segundo dados do IBGE (2010), a maior parte da população economicamente ativa exerce atividades ligadas ao setor primário, seguido do setor terciário, secundário e, por último, da construção. Esses dados justificam, de certa forma, a forte ligação dos municípios do Território do Sisal com o espaço rural. É preciso salientar, porém, que houve o deslocamento da população do campo para a cidade,

no entanto, muitos desses migrantes mantiveram as suas atividades rurais (MACIEL, 2019).

Nas últimas décadas, a maioria dos municípios do Território do Sisal é movida pelo PIB oriundo do funcionalismo público, ou seja, pela “economia do contracheque”, com mostra o Mapa 4. Porém, esse dado não é hegemônico, pois alguns municípios, sobretudo que exercem polaridade microrregional, apresentam maior percentual do PIB no setor terciário, como são os casos de Serrinha, Conceição do Coité e Santa Luz; bem como Barrocas, que apresenta maior percentual PIB no setor secundário.



Mapa 4. Percentual do PIB dos Serviços Públicos, Território do Sisal, 2014

Até a década de 2000, a maior parte das pessoas ocupadas no Território do Sisal estava empregada no setor primário, ramo que apresenta baixo índice de mecanização e produtividade, bem como, na área em estudo, emprega pessoas com baixo nível de escolaridade e que exercem atividades de baixa remuneração. A partir dos anos 2010, esse território passou a vivenciar uma transição no perfil de pessoas ocupadas. Houve diminuição no primário e industrial, bem como aumentou o número de pessoas ocupadas no setor de construção. Isso pode ser explicado, dentre outros fatores, por conta das várias obras do PAC na maioria dos municípios e no setor terciário (MACIEL, 2019).

Devido à dinâmica econômica e a localização, Serrinha e Conceição do Coité configuram-se como polos regionais de atração de pessoas, capital, bem como têm papel de entreposto de serviços, como saúde e educação. Em Conceição do Coité e Serrinha, são observados investimentos das iniciativas privadas como o Grupo Todo Dia, além da implantação de unidades das Lojas Americanas, Subway, Lojas Maias, Magazine Luiza e shopping center, isso na cidade de Serrinha. É possível também visualizar que o setor terciário ganhou expressividade nessas

cidades, principalmente, a partir dos anos 1980, todavia, cenário explicado pelo intenso êxodo rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização que ocorreu no Território do Sisal, em especial no auge da cadeia produtiva do Sisal pós 1960, contribuiu significativamente no modo como os espaços urbanos foram se configurando. A partir da década de 1980, com a crise do Sisal e a consequente reestruturação produtiva dos municípios, houve crescimento da população urbana. Essas transformações provocaram mudanças sociais, econômicas e demográficas.

Destaca-se que, apesar de notório crescimento da população urbana nos últimos anos, o Território do Sisal continua predominantemente rural, ou seja, apenas 43% dele é urbanizado. Porém, vale salientar que as maiores taxas de urbanização encontram-se em parte das pequenas cidades, o que não significa que elas conseguiram acompanhar as benesses da urbanização, como novos dinamismos econômicos, espaços de lazer e cultural.

Ao analisar os aspectos socioeconômicos dos municípios que fazem parte do Território do Sisal, observa-se que esse continua a ser uma área economicamente deprimida, caracterizada pela baixa produtividade. O fraco dinamismo pode ser explicado por fatores como: decadência da economia tradicional (cultura do sisal), manutenção de heranças ligadas à estrutura arcaica (concentração de terras, patrimonialismo, coronelismo e exploração do trabalho nos campos de sisais), e investimentos públicos em determinadas áreas do estado, mais especificamente, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que concentra maior parte das atividades econômicas da Bahia.

A região parece despertar pouco interesse das grandes empresas, bem como não é priorizada em investimentos do Estado, voltados para dinamizar a economia. No entanto, apesar de haver pouco investimento voltado para esses municípios, observa-se que o crescimento da participação da economia sisaleira, mesmo de forma tímida, representa um grande avanço.

Outra possibilidade para gerar o desenvolvimento desse território é o fortalecimento da agricultura familiar, pois possivelmente não haveria tanto êxodo rural e movimento migratório, especialmente de jovens em direção aos centros mais dinâmicos do país, em busca de melhores oportunidades de vida.

Dentre outras causas, inclusive citadas anteriormente, a histórica falta de políticas mais consistentes, voltadas para a realidade do semiárido baiano, e no investimento na cadeia produtiva do sisal (pesquisas em universidades, parceria público-privadas em prol do desenvolvimento) fomentaram o atraso econômico dos pequenos municípios e refletem no Produto Interno Bruto (PIB) dessas localidades, bem como na configuração do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

BACELAR, W. K. de A. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista Político-Administrativo. DIAS, P. C.; SANTOS, J (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. v. 1, Salvador: SEI, 2012, p. 81-101.

BRASIL. Decreto-Lei de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso: 10 mar. 2019.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**, San Pablo: CLACSO, 2006, p. 135-147.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, F. E. **Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar**. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 2005.

HENRIQUE, W. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, D. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. 1 ed. Salvador: SEI, 2010, v. 1, p. 59-76.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico: população e habitação, 1940**. Parte XII, tomo I, série regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. **Censo Demográfico: Estado da Bahia, 1950**. V. XX, tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

_____. **Brasil: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Censo Demográfico Bahia: recenseamento geral, 1970**, v. 1, tomo XIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

_____. **Censo Demográfico 1980: dados distritais-Bahia**, v. 1, tomo 3, n. 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1983,

_____. **Censo Demográfico 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios, n.17-Bahia** Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acesso: 10 mar. 2019.

_____. **Regiões de influência das cidades (REGIC), 2007**. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>, acesso: 10 mar. 2019.

_____. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010>, acesso: 10 mar. 2019.

_____. **Sidra: Banco de dados sobre Produto Interno Bruto 1999 e 2014**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 05 mai. 2019.

LOPES, D. M. F. Cidades pequenas do semiárido: dinâmicas sociodemográficas e marginalização. In: LOPES, D. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. 1 ed. Salvador: SEI, 2010, v. 1, p. 77-90.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. In: **Geographia**, Revista da Pós-Graduação de Geografia, UFF. Niterói: UFF, Ano 1, nº 1, p. 71- 91, 1999.

_____. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? **Revista Formação**, vol. 1, nº 14, pp. 31-45, 2011.

LIMA, J. da S; COELHO NETO, A. S. Território do Sisal-Bahia: da difundida precariedade ao fortalecimento dos ativismos sociais. In: **Geografes**, UFES, v. 23, p. 51-71, 2017.

MACIEL, E. C. **Políticas públicas e a (re) organização do**

espaço em pequenas cidades do Território do Sisal no estado da Bahia-Brasil (2007-2014). 2019. 217 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Planejamento Territorial)-PLAN TERR, UEFS, Feira de Santana, 2019.

MAIA, D. S. **Cidades pequenas: como defini-las?** Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. João Pessoa: 2004, Texto mimeo. 20 p.

MEDEIROS, M. S. da S. **A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar.** 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFRN, Natal, 2005.

MELO, N. A. de. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 p. Tese (Doutorado em Geografia)-UFU, Uberlândia, 2008.

PAULA, A. P. P. de. **Por uma nova gestão pública.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005, 201 p.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil.** Brasília: IICA 2009.

SANTOS, J. A dinâmica urbana no/do Território de Identidade de Vitória da Conquista: Processos e Escalas; Políticas e Ações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, **Anais...** Vitória, 10 a 16 de agosto 2014.

_____. Ações do Estado e o papel das cidades médias baianas nos planos da urbanização capitalista. In: DIAS, P. C; SANTOS, J. (Org.). **Cidades médias e pequenas:** contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012. p. 129-156.

_____. Contribuição teórico-metodológica ao estudo das pequenas cidades, com base em pesquisas sobre a Bahia. In: BRANDÃO, P. R. B. (Org.). **Cidades médias e pequenas:** reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas. Curitiba: Appris, 2019, p. 52-84

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, O. A. Rede urbana e dinâmica regional no estado da Bahia: um olhar sobre o Território do Sisal. In: DIAS, P. C; SANTOS, J. (Org.). **Cidades médias e pequenas:** contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: p. 215-229, 2012a.

SILVA, F. P. M da. **Desenvolvimento Territorial:** a experiência do Território do Sisal na Bahia. 2012b. 251 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pós-Graduação em Economia, UFU, Uberlândia, 2012b.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo, 2004. 504 f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUZA, M. J. L de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.